

Aspecto paradoxal da Emigração portuguesa

ANÁLISE POSITIVA.—VALORES NEGATIVOS

POR

Ad. BAPTISTA RAMIRES

Professor do Instituto Superior de Agronomia

Passado o período dos descobrimentos e das conquistas, gasto o ouro que o comércio da Índia e do Brasil ainda depois nos deu, lançado a todos os esbanjamentos que, em fausto, tiveram em D. João V a sua característica histórica, Portugal muito tempo viveu da sua agricultura e um tanto do trabalho português no Brasil. Infelizmente, essa deslocação portuguesa do Continente para aquela nossa antiga Colónia, cada vez mais progressiva, ainda depois da sua independência, deixou fortes lacunas no arroteamento do solo nacional. Má administração do Estado, agricultura pobre, estagnada no que deixou a rotina, deficientíssima em extensão e técnica, indústria mais pobre ainda, a Nação largos anos foi vivendo como velha casa senhorial que vive do crédito, deixando abandonadas as suas terras.

Em objectivo da melhor exploração do solo, em vias de comunicação e no mais que à economia interessa, o Estado nada ou bem pouco fez durante largo período, para acudir ao aumento populacional a que subiu a Nação, sobretudo no século XIX, — determinante primordial da emigração, por-isso notavelmente maior nos fins desse século e princípios do actual.

Se em muitos daqueles que deixaram o solo pátrio dominou o audaz espírito de aventura do sangue lusitano, a determinante fundamental foi, para a maior parte, o desencontro crescente entre o consumo e a produção.

Em época que já vai distante, a emigração foi para nós durante muitos anos um benefício real; mas ao mesmo tempo que o desvio do arroteio da terra por essa causa ia crescendo — juntando-se-lhe o urbanismo a abrir falhas cada vez maiores — necessidades novas que

a civilização creou foram lançando o consumo cada vez mais longe da produção. Então, o ouro do Brasil um tanto amparava o desequilíbrio da nossa balança comercial, entre o muito que se comprava fora e o pouco que se produzia.

Foi sem dúvida enorme o benefício que a emigração então nos prestou; teve porém o inconveniente grave de nos iludir, por considerarmos o ouro que dela veio como parte integrante dos rendimentos normais da Nação. Habitua-nos a contar com esse rendimento anual e deu-nos um bem estar ilusório, semelhante ao do remédio que combate só o sintoma, deixando continuar o mal. E nesse ledó engano, chegou-se a crer que o país era rico — falaz riqueza financeira que ocultava a nossa pobreza económica — rico para aqueles que num momento, sem darem por isso, confundem riqueza financeira que, só, de pouco vale, com riqueza económica, que vale tudo.

O espírito humano é feito para admirar o triunfo dos que vencem e ficam, e esquecer depressa a derrota dos que sucumbem e desaparecem. O triunfo aponta-se, comenta-se e, quando dêle se faz generalização, não se vê o desastre que foi para muitos dos que partiram, nem a falta que fazem; mais não se vê que alguma abastança dos que voltaram.

Nas aldeias do Minho e da Beira, a «casa do brasileiro» com seu ar importante, destaca-se bem caíada, fora do casario escuro de velho granito. Sabe-se quem é o dono, — a fantasia do pobre multiplica-lhe os haveres; e sabe-se também na freguesia que com dinheiro do Brasil se compraram, aqui e além, courelas de terra que a outras courelas se juntaram. Isto enche o pensar humilde de quem vê, e exagêros de fortuna, no que se diz, avultam na imaginação de quem ouve. Tudo porém tem um significado positivo, que importa conhecer.

As compras de terra em regra não foram mais que mudança, para outro possuidor, de nesga já em cultura, raro entrando solo inculto a ser desbravado e lançado ao arroteio agrícola. Se de longe em longe, para cultivo, algum pedaço se arrancou à charneca, na nova fôlha em que entrou o arado tudo seguiu como nas outras — apenas talvez mais vivo o amanho — na velha rotina local, de lucro escasso. Terá esse cultivo mais activo fixado à terra alguns braços, mas tão mínguido tudo que, se houve ali melhoria, limitada ficou a pontos isolados, sem resultante de relêvo no labor da região. É por êste lado a nota positiva que ressalta na observação atenta.

Entre o trabalho realizado fora do país e o que por falta de

braços em algumas regiões, não se fez em Portugal, é notável o desequilíbrio. Pôsto no prato da balança um e outro, bem mais pesará o rendimento do que realizámos fora, porque o oiro recebido do Brasil não é o produto integral do trabalho português lá realizado, como seria se fôsse trabalho feito no solo nacional: é apenas, quando muito, a diferença entre o trabalho total produzido ali e o trabalho perdido para nós daqueles que lá constituíram família e se fixaram, e dos que ali mourejaram e sucumbiram sem sucessão que proveito nos desse.

Êste é o «deficit» visível, mas há ainda outro valor importante em que ninguém repara, e que não se deve pôr de parte: é o do trabalho da descendência que lá ficou, e com êle o produto futuro de todo êsse esforço total de fecundação, — porque o trabalho da terra desbravada nela deixa abertas fontes de riqueza.

Se na emigração, graduada pelas nossas disponibilidades, não tivéssemos cedido muito mais que o excedente do que comportam as nossas condições económicas, pêso certo na balança das emigrações benéficas, a actividade dispendida pelos milhões de portugueses que a mais foram durante cinco séculos desbravar o solo brasileiro, aproveitada na agricultura de Portugal, em vez do oiro que esbanjámos, teríamos hoje riqueza económica certa. Mas, em gente que temos perdido, as nossas disponibilidades estão esgotadas, com um importante saldo negativo. Com uma população que não atinge cá seis milhões de habitantes e uma área enorme ainda inculta, só no curto período de quarenta anos (1873-1913) saiu do país um milhão de portugueses.

Sobre a nossa emigração para o Brasil, é êste o balanço que a razão faz, ajustado, parece-nos, à mais elementar mas exacta ciência económica. Oferece-se perguntar se teria sido mais proveitosa a derivação para as nossas possessões da África. Não: para trabalho rude sob o clima de África, só os naturais. Do Continente, apenas dirigentes técnicos e, quando muito, capatazes. De resto, o abandono dos campos, enorme já antes da Guerra, cresceu depois com a mobilização militar e com a do urbanismo que, pelas consequências da Guerra, se lhe seguiu. Não a sente o Minho, pela densidade da sua população, e o mesmo sucede à Beira Central e Litoral; em outras regiões, porém, principalmente Trás-os-Montes, a emigração no seu caminhar dos últimos anos causaria, continuando, em curto prazo a sua ruína. Basta atravessar aquela província para, em grande parte, se ver bem dese-

nhada no seu «facies» agrícola tôda a miséria da sua vida económica.

Para a capacidade da nossa população e necessidades do nosso solo, a emigração tem sido assustadoramente grande. Pelas notas que temos à mão (infelizmente, vão só até 1929) vemos que em 1913 atingiu 67.366 emigrantes, e, se nos anos seguintes o número desceu, oferecia êle tendência para novamente se elevar, como mostra a de 1929, que foi de 60.318. De nada serve porém desfiar aquí números de estatística; melhor seria dar valores concretos do prejuízo que a emigração nos tem dado. O que primeiro importa conhecer é o valor de produção de um emigrante no Continente, depois a relação entre as disponibilidades trabalhadoras e a extensão de trabalho a executar. Ora, a questão neste momento não tem solução em números exactos, num país sem inquérito agrícola, e de tão insuficientes recursos estatísticos.

Oliveira Martins, há 40 anos (no seu livro *Economia Nacional*), adoptou para Portugal, como valor do que perdemos por cada emigrante, a cifra de 180 libras, que os Estados Unidos então atribuíam a um immigrante; mas, entre as noções perfeitas que aquele ilustre publicista nos deu, desta em absoluto discordamos. Em nosso juízo, o valor de um homem, como máquina de trabalho, é o valor do seu trabalho útil, variável no tempo e no espaço, sujeito a tôdas as condições económicas do trabalho, que até no mesmo país e na mesma época variam,—e assim, tem um valor no país em que entra e outro no país de onde sai; a diferença dêsses valores devia ser a determinante natural da emigração. Ora, os Estados Unidos, ninguém o ignora, é um dos países que mais se afastam do nosso na valorização do trabalho, e semelhante cifra calculada para americanos é, por isso mesmo, de todo o ponto inaplicável a Portugal.

Se a cifra adoptada por Oliveira Martins não estivesse errada, parece-nos, a emigração de 1929, aliás inferior à de 1913, representaria em proveito alheio (já não se diz prejuízo nosso) uma saída nesse ano superior a 10 milhões de libras,—ou seja mais do dôbro dos 4 milhões entrados, segundo o cálculo há anos feito.

Em cálculo de emigração, não podemos porém entrar com tais valores,—nem êsses, nem aqueles que alguns econonistas atribuem ao «capital-homem»; tal cifra não representa mais que um valor médio, provável, do que um homem custa à pátria,—o resultado do balanço entre o que consome e o que produz (os italianos calcularam-no em 1.500 liras, os alemães no máximo de 900 marcos), avaliando por aí a

perda. Estaremos nós em êrro, mas a nossa razão não aceita dar ao «capital-homem», no caso especial da emigração, o mesmo valor que se lhe dá nos casos gerais que em Economia se tratam, não considerando aí mais que o valor do trabalho mecânico *imediatamente utilizável*. Embora isso à primeira vista esteja bem, o valor não é o mesmo, como é fácil reconhecer dentro da mecânica biológica, vista em esquema.

Em primeiro lugar, a máquina animal transforma em trabalho mecânico «imediatamente utilizável» só uma parte muito restrita do que consome,— $\frac{1}{5}$ ou $\frac{1}{6}$, segundo os melhores cálculos; outra parte transforma-se em trabalho interno—as trocas da vida celular e o funcionamento de todos os órgãos—e transforma-se enfim outra em energia que se conserva em «estado potencial», segundo a perfeita designação de Rankine, para tãda a energia que não é «cínética». Sob essa forma se acumula a que é necessária à conservação da vida, e ao lado desta, no mesmo estado potencial, segundo a capacidade do organismo, aquela que num dado momento vemos aparecer sob formas diversas de energia «livre», *exteriorizada* em formas também diversas de trabalho útil.

Avaliando o «capital-homem» só por êsse trabalho mecânico «imediatamente utilizável», é o mesmo que comparar a máquina animal a um motor inanimado, e por mais que se procure aproximá-los, escolhendo como tipo de transformador o que mais se aproxime, à parte êsse subordinio genérico ao princípio de Carnot—Clausius, no valor do trabalho total a aproximação é impossível. Pondo-nos fora da energética geral da vida, cometemos sempre o êrro de olhar só o trabalho na sua forma grosseira, desprezando formas de energia susceptíveis de elevar o valor do resultado final. Libertas do estado latente no ciclo das suas transformações, constituindo qualidades físicas de vigor e actividade, ou qualidades morais de decisão e inteligência, elas representam uma *capacidade produtora* que dá o valor real do «capital-homem». Se não fôsse assim, aquele que produz um limitado trabalho, mas que, ao mesmo tempo, acumula soma de conhecimentos que um dia aproveitarão à civilização, não se valorizaria mais que por êsse trabalho diário, e, em resultado útil, pouca diferença haveria entre um sábio e um ignorante.

Nas questões de generalização, em ciência económica, não podemos considerar todos estes factores de apreciação, que as complicariam: desprezam-se, metendo no cálculo o valor do *tipo-médio*,

avaliando-o pelo que no maior número imediatamente se *exterioriza* em «capacidade produtora». Mas, na emigração, o valor que se perde em «capital-homem» é muito superior ao do tipo médio. Avaliando-o pelo que produz, temos todavia de ter em conta um factor em que não se tem feito reparo,—e esse é que, dentro da nossa raça, pelo menos, o homem que emigra e que o faz por iniciativa própria, é sempre um indivíduo de selecção, ordinariamente vigoroso e sadio—organização normal forte de energia e vontade—que em regra consultou o que poderá o seu esforço, e que dêsse balanço de si próprio tirou a resolução de ir procurar trabalho fora da sua pátria. Em capacidade produtora, o emigrante está, pois, acima do tipo médio, e não podemos dar-lhe valor igual ao valor médio que ao «capital-homem» se atribui em cada país.

Isto primeiro. Em segundo lugar, as coisas não valem só pelo que custam ou pelo que isoladamente produzem: valem também pela falta que fazem quando se perdem,—e o mesmo se dá com a máquina-homem; de onde, além do valor absoluto que se perde no emigrante, há ainda o *valor relativo* que, por cada homem que sai, está dependente da capacidade colectiva dos que ficam. A possibilidade da sua substituição no trabalho, ou seja—dentro da densidade de população—as disponibilidades que há para a quantidade total de trabalho a executar, marca naturalmente o valor *relativo*, de que muito depende principalmente o custo da mão d'obra, mas que com êle se não confunde, como é fácil ver, comparando o que se passa aqui com o que se passa em qualquer sistema mecânico de trabalho colectivo, porque da perda de um certo número de unidades de trabalho o resultado é o mesmo, quer se trate da máquina animal ou de outra.

Numa fábrica de lanifícios, a perda de algumas lançadeiras, num tear montado para um *determinado número*, não representa mais que a perda do que custaram, se elas são imediatamente substituídas; mas se, exigindo a urdidura e sua trama aquele número, a fábrica não as pode substituir, esse tear tem necessariamente de parar, ficando o fabrico reduzido ao trabalho dos outros. O mesmo sucede em uma exploração agrícola, onde não raro se suspende a exploração de uma das suas fôlhas, quando para ela o número de braços seja economicamente insuficiente. Nesta questão como em tantas, o valor *relativo* é um valor real a que temos de atender.

No trabalho de oficina, nas indústrias mecânicas, pode isso valer zero—operários que saem poderão ser facilmente substituídos—

não se dá porém o mesmo nos trabalhos agrícolas. Observa-se bem em algumas regiões do Continente, mais ainda nos Açores, onde tem ficado trabalhos parados por serem insuficientes as disponibilidades daqueles que sabem executá-los, não obstante haver aqueles que, educados num mester e não se sujeitando a outro, emigram. Resulta daqui o paradoxo de *uma emigração por falta de trabalho, em sítios onde são braços que faltam e não trabalho*.

Poucas noções têm valor absoluto: na emigração, a do «capital-homem» não o tem; as condições de trabalho dominam tudo, e dentro delas as da *raça*; quem medisse o trabalho de um europeu pelo de um «coolly» chinês cometeria um absurdo. Entre os operários do campo e os operários de oficina portugueses, o transmuntano e o beirão são como organismo transformador de energia, na nossa *raça*, o tipo do trabalhador economicamente produtivo; somado o seu valor natural ao seu valor de selecção como emigrante, a perda por cada indivíduo que sai da Metrópole está, como se vê, acima de todos os cálculos teóricos nas bases em que andam assentes.

Mas isto não é tudo. Há ainda um valor que se perde, já aqui apontado, em que não se repara, ainda produto da energia que em cada um ficou nesse estado «potencial» que considerámos:—é o valor da descendência, que tem de se contar na colectividade, não só a descendência que clandestinamente de cá tem ido, na idade em que consumiu e não produziu, como também a que nasce fora da Pátria, da qual a maior parte não regressa. Não tem ela um valor produtivo? Não vai abrir fora do solo pátrio fontes de riqueza, de que a Nação não tira proveito, sobretudo de tantos que fora se naturalizam? Como se vê, tudo que entre nós corre sobre esta questão, grave para Portugal, está muito à quem da verdade.

Reportando-nos ainda a 1929, vemos que nesse ano a emigração atingiu (*Boletim da Inspeção Geral dos Serviços de Emigração*) a cifra de 46.801 indivíduos saídos do Continente por mar e por terra, e de 7.517 saídos dos Açores,—o que dá o número 54.318; aceitando o cálculo aproximado na estatística se encontra, de 6.000 saídos clandestinamente, temos um total de 60.318 emigrantes. Contando aí, pelo computo há anos feito, a gente do campo em 43,6 %, o número de rurais teria sido de 26.298. Este número, a marcar falhas no trabalho agrícola, parecerá exagerado, por não contar com a gente de retorno e com a que não encontraria ocupação na vida dos campos. Certo é porém que, daqueles que regressam poucos são os que com o

seu braço voltam a trabalhar a terra, e para uns e outros dá bem o que há a menos no computo de 43,6 %.

Na verdade, esta percentagem de rurais deve ser bem maior, porque para mais rápida ou melhor colocação lá fora, sobretudo no Brasil, inculcam-se como artífices de oficina homens que nalgumas aldeias não o são senão nos dias de descanso agrícola, ou quando pelo mau tempo lhes falta o trabalho nos campos.

Desviado o seu braço da agricultura nacional, desviado nesse veículo o capital que em jornais aí devia entrar, o resultado pode deduzir-se sem grande dificuldade. Em capital inicial de exploração já isso se calculou em 20 milhões de escudos. Cálculo gratuito? Talvez. Todavia, por certo elevada é a cifra do capital que não entrou na terra, que não deu aí rendimento. Qualquer que seja, seria essa para a nossa agricultura a perda mínima. Em seu verdadeiro valor económico, o capital inicial que entrou na terra dali regressa, aumentado do lucro, para de novo lá entrar, etc., de sorte que o prejuízo numa terra que ficou *paradão* é só o prejuízo da perda do rendimento correspondente ao capital inicial, mas em verdade o que corresponde ao capital que anualmente aí circula.

Atrás fez-se referência a Trás-os-Montes, porque no Continente é a província (sobretudo o distrito de Bragança) mais sangrada pela emigração; mas o que ali se dá também se observa, embora menos funestamente, em outras regiões do País. O capital que a emigração dali desvia, quando não fica em depósitos bancários, em títulos e outras formas triviais de crédito, dirige-se para o Comércio ou para a Indústria. No primeiro caso, não obstante o activo na circulação da riqueza e redução do desemprego, sabe-se em que fica o desenvolvimento comercial sem produção paralela: maior saída que entrada de ouro, e não raro funesta multiplicação de intermediários.

No segundo caso, num país radicalmente manufactureiro, autónomamente industrial, tudo ficaria compensado, porventura com um largo saldo positivo, como sucede, sem ir mais longe na vizinha Espanha com os recursos do sub-solo biscaíno e outros; mas Portugal não tem disponibilidades para indústria autónoma. As suas necessidades de carvão e ferro—aquele só parcialmente substituível pela energia hidráulica—e a importação da maior parte das matérias-primas, colocam a nossa indústria na permanente dependência da produção estrangeira, fabricando em condições de preço que a põem fora dos mercados externos.

Isto é elementar, de todos sabido. Convém porém lembrá-lo para não esquecermos que, em país como o nosso, todo o desvio de capital de uma agricultura que possa ser francamente exportadora, dirigido em recta para o Comércio e parcelar Indústria fabril, pode dar-nos muita coisa excelente, mas não nos dá o oiro necessário ou que oiro valha,—e, se a base fundamental na resolução do problema nacional é «educar e trabalhar», o critério positivo, na aplicação rendosa do trabalho entre nós, é desenvolver o Comércio e a Indústria com o que nos der a agricultura, não com o que lhes tirarmos.

Portugal está por certo numa daquelas situações especiais que alguns economistas não consideram, olhando a emigração como fenómeno social benéfico, quando, como fenómeno social, obedece a outros fenómenos de ordem económica e também de ordem psíquica, sujeitos a variações cujo resultado é incerto. Discordamos dêsse modo de ver absoluto, como também nossa razão não aceita a conclusão do falecido economista prof. Bento Carqueja (*O Povo Português*, página 510), qual é a de, pela maior valorização do «capital-homem» que a emigração nos traz, resultar o seu saldo negativo transformar-se em saldo positivo,—que em tempos alguém calculou em quatro milhões de libras anuais. Essa conclusão não está certa. Êsse saldo é ainda um valor negativo, como vamos ver:

Segundo êsse cálculo de há anos, Portugal recebia, principalmente do Brasil, quatro milhões de libras anuais. Admitamos, a favor dessa conclusão, que era produto de trabalho português,—embora isso não esteja certo, porque há que ter em conta as fortes remessas que, até há dois anos, eram todos os dias dirigidas a numerosos súbditos brasileiros aqui residentes. Êsses quatro milhões representariam o rendimento do que tinha sido capitalizado pelos que regressaram, somado às modestas remessas daqueles que lá fora trabalhavam ainda. Da parte respeitante aos que regressaram, parcela mínima entrou na nossa agricultura; a maior parte gastou-se na vida de aparato—êsse psiquismo do «novo-rico» é de todos os tempos—e nem tudo ficou na Nação: bôa parte dispersou-se pelo Estrangeiro em viagens de prazer.

Mas, remigrantes e não remigrantes, fora do país abriram fontes de riqueza, que outros continuaram ou aqueles que com sua descendência lá se fixaram: fábricas, casas exportadoras, emprêsas diversas e outros valores de produção futura, perdidos para Portugal. Dêsses, os que saem clandestinamente ainda longe da idade militar e

que lá fora se fixam, em regra, representam para nós um valor negativo, — saldo de quem consumiu e não produziu.

Muitos são êsses portugueses, filhos e netos de portugueses (quem o ignora?) que no Brasil, desde a Monarquia à República, têm estado na linha de frente da luta económica dessa grande Nação, à qual têm dado o melhor do seu esforço. Valerá apenas quatro milhões de libras o que dessa actividade do sangue português tira anualmente o Brasil?

É indiscutível que êsse rendimento não o tiraria o País nas condições em que por êsse largo período andou a sua actividade económica; porque isso foi assim, a emigração representou então para nós, como recurso, já aqui se disse, um benefício real.

Mas, o benefício de uma época não é razão para, noutra, ela se manter, sobretudo nas condições desastrosas em que tem seguido sempre, completamente abandonada do Estado—foi êsse um dos seus maiores males—sem amparo regulador, consoante a capacidade individual e, principalmente, consoante as disponibilidades populacionais, medidas pelo avanço do desenvolvimento agrícola e industrial do país.

Poderá dizer-se que o trabalho dos emigrantes é no solo pátrio menos produtivo,—e, sem dúvida, assim é em muitos ramos da nossa actividade. Mas Deus nos defenda de tal estímulo com carácter de seqüência, como regra a seguir, hoje e amanhã na emigração portuguesa. A maior produtividade do esforço migratório, se resulta de melhores condições de trabalho lá fora, resulta também da selecção que, como mostrámos, a emigração em regra representa, levando-nos o que de melhor temos, em certo aspecto da sua constituição física e, sobretudo, da sua formação moral, em actividade, energia e decisão. Amanhã, quando, aproveitando sàbiamente recursos que não nos faltam, se nivelem as condições do trabalho nacional com as de fora, ninguém poderá *á priori* assegurar que não dê rendimento igual, neste país, a gente válida que dêle foge.

Há ainda, na situação actual de Portugal, outra razão que se soma às que já vimos. A emigração, quando abre crise como a nossa, reduz ao mesmo tempo por duas influências a quantidade de trabalho total: a influência do menor número e a do menor esforço. Ainda não vimos isso devidamente considerado, mas certo é que onde há falta de braços o trabalho atinge, não é raro, preços tais que o lavrador recorre à única defesa que lhe resta: reduzir as suas fôlhas de exploração—, ao mesmo tempo que, entre os trabalhadores do

campo, tanto como entre o operariado de oficina, nessa orientação cada vez mais dissociativa entre o trabalho e o capital, cada um trabalha o que quer: oito horas nem sempre valem mais que seis—, cá-bula freqüente em algumas regiões do país.

Vejamos agora, na continuação desta análise, em que fica o saldo do valor produtivo dos que regressam. Também, sob este aspecto, não se pode aceitar a maior valorização que o citado professor lhe atribui. Se não tivéssemos outros elementos, bastaria a sua própria observação referente ainda a 1913, feita com o seu cuidado de minucioso investigador, sobre as condições económicas dos repatriados (loc. cit. pág. 415). Aceitamos a sua observação, mas para daí tirarmos a conclusão de que, ainda por esse lado, o saldo é negativo.

O cálculo é simples, medindo, como atrás se fez, e segundo o critério de autoridade tal como a de Colleti, o valor económico de um homem pelo seu trabalho útil, não podendo esquecer-se que este, como transformação de energia, é função natural de organização e saúde. Ora, em troca desse potencial que a emigração nos leva, o retôrno traz-nos uma saliente percentagem de inválidos menos pela idade que pela doença.

Trazendo a este julgamento mais dois nomes italianos, visto que os italianos são mestres nestas questões, escolheremos os mesmos que aquele autor português também escolheu—os de Raseri e de Montano—mas nós para chegarmos a conclusão oposta, tão diferente é da sua. O primeiro diz-nos que a emigração é um factor de difusão na Itália, entre outras enfermidades, da tuberculose e da sífilis; o segundo, de maneira mais precisa, avalia em 30 % os que regressam à pátria obrigados pela doença. Seremos nós em Portugal mais felizes?

Nada se sabe de números oficiais, mas de outras fontes podemos concluir um resultado que não é mais tranquilizador, embora não se ponha no quadro lódas as doenças que Raseri considera, porque não têm para nós o mesmo valor de difusão, destacando-se aquelas duas, cuja propagação é assaz conhecida. Nos Açores, por exemplo, o retôrno anual norte-americano de Boston, Fort-River, New-Bedford, S. Francisco, etc., dá um funesto derrame da tuberculose que, com excepção maior do Pico, alastra pelo Arquipélago, reclamando intervenção severa do Estado. No Continente, além dos tuberculosos que a remigração nos traz, temos de contar com a legião dos impaludados, sobretudo dos que têm vindo das margens do Amazonas: uns portadores de paludismo febril, tanta vez seguindo por falta de tratamento para essa forma assaz grave que é a anemia pa-

lustre, em que sucumbem; outros, com estragos da mesma origem, arrastam doenças de fígado que, se umas são curáveis, outras vão até à funesta degenerescência do órgão, à cirrose irremediável. Estão cheios destas notas os registos clínicos das nossas estações de águas do Gerez, Vidago e Pedras Salgadas, não entrando na conta aqueles que se dirigem lá fora e, sobretudo, os que não têm meios para esse tratamento, e esse é o maior número.

Há quem pretenda que as condições dos remigrantes não são tão más como se supõe porque, se assim fôsse, «a emigração teria certamente cessado há muito», visto que uma parte é alimentada pela influência de parentes e amigos. É um erro de psicologia. No jogo da lotaria há um número premiado, por não sabemos quantos números brancos; toda a gente o sabe, e esse jogo ainda não acabou.

Contemos essa legião de arruinados de ambos os sexos—e largo número por eles contagiado cá—na maior parte incapazes para trabalho aturado no campo e nas oficinas, e contemos a sua descendência, umas vezes contaminada, outras na conseqüente miséria fisiológica, não raro enfraquecida, predisposta para a doença, sobretudo quando há consangüinidade mórbida nos progenitores,—e aí temos, por mais esse lado desastroso, em que fica esse saldo *positivo* dos remigrantes, e por que preço sai a parcela dos tais quatro milhões de libras,—tal que, em vez de um saldo positivo, é ainda um saldo positivamente *negativo*.

Esse cálculo feito há anos, errado no que em rendimento se atribui à nossa emigração, passou a cifra que, flutuando entre correntes desencontradas de ordem social e financeira—intranqüilidade no país, divisa cambial, etc.—ficou sujeita às maiores variações, e de dia para dia foi sendo mais falsa. Hoje, a nova legislação Norte-Americana sobre imigrantes e, acima de tudo, o que há três anos decretou o Brasil para saída de valores em operações bancárias, reduziram-na a número insignificante.

Nos seus *Estudos de Economia Nacional* (Dissertação de curso à cadeira de Economia Política na Escola Politécnica de Lisboa), o Sr. Dr. Afonso Costa atribui «amplas compensações» ao capital que a emigração consigo leva, mas não entra em conta exacta com aquele que os emigrantes por si representam, e esse é, como já mostrámos, incomparavelmente maior. É este o lado mais fraco de uma argumentação antiga, que constituiu já um lugar-comum, assaz frágil aplicado a Portugal.

Defendendo a emigração para o Brasil, este autor, segundo antiga orientação, em outros tempos aceitável, cai no velho erro de ver a questão só por um dos seus aspectos. Apreciando-a pelo lado financeiro, esqueceu talvez, como tantos têm esquecido, quanto, já aqui se disse, o interesse financeiro é inconsistente e movediço, quando não assenta em sólida base económica; e nessa orientação, uma das razões que põe em relêvo é a do *consumo dos nossos vinhos* no Brasil, que a emigração para ali arrasta.

Argumento inadmissível esse, que seria, em país de extensa área ainda inculta, funesto princípio a justificar o despovoamento de uma parte, em troca de mercado para a produção a que outra fica reduzida. E não está certo porque, se a colónia portuguesa no Brasil há anos nos abriu ali mercado para Brasileiros, e para Portugueses que saíram da mediocridade, não é o consumo do grosso do imigrante, sempre em ânsia de poupar, que o mantém hoje e o manterá amanhã ali. Ao alcance das condições precárias da maior parte, melhor se oferecem já hoje, e mais no futuro, os produtos baratos do Chile e da Argentina, e sobretudo os que, em progressos de arroteio vitícola, vão dando alguns Estados do Sul do Brasil.

Mas, em certo aspecto, muita razão tinha o Sr. Dr. Afonso Costa quando em 1911 escreveu (tinha-a na época e ainda depois da época em que escreveu): «... são os pobres beirões e minhotos que daqui foram rotos e famintos, que pagam de lá, do Brasil, as custas do descaladro em que o país viveu durante tantos anos». (loc. cit. pág. 129). Foi em verdade esse descalabro da nossa administração, seguindo ainda durante largos anos depois, a causa principal da nossa emigração.

Mas, a sua afirmação de que *é ela que nos vale nos nossos apuros de contabilidade internacional*, essa, em significado extensivo no tempo não está certa. A emigração para o Brasil reduziu-se consideravelmente nos últimos dois anos e, independentemente disso, por essa redução das transferências bancárias decretadas por aquele Governo, o país perdeu 70 % do capital que da nossa emigração dali nos vinha. No entanto, parece que não lhe fez isso grande falta para ter hoje toda essa sua contabilidade internacional perfeitamente regularizada, cobrir amplamente o seu *déficit* orçamental, e ainda ter pão, que dantes não tinha.

Como se vê, o optimismo absoluto de alguns economistas sobre esta questão importante—rígidez de critério que não pode admitir-se dentro da elasticidade das coisas económicas—desbota comple-

tamente com relação a Portugal, perante o que a análise serena descobre. A emigração só é vantajosa quando não abre lacunas no trabalho nacional. Justifica-a o esforço mal remunerado, acima de tudo a falta de trabalho, subordinado êste às condições de nascimento e educação de cada um, e o desemprego que em certas classes a máquina, dia a dia mais perfeita, enormemente agravou.

No entanto, nem sempre a determinam necessidades de ordem material, a que Marnôco e Sousa e Anselmo de Andrade, talvez por seguirem o critério unilateral de Bordier—a frequência da sua relação com a densidade da população—deram demasiada importância. Influência poderosa, sem dúvida, a densidade da população; todavia, carece sempre de outras influências que se lhe associem,—e assim é que na Bélgica, o país de maior densidade da Europa, o fenómeno migratório não tem relêvo.

Assaz complexo em suas causas, o fenómeno em certos povos frequentemente obedece à influência, dominante no homem, da sua formação moral: certa ambição legítima e espírito de independência—determinante principal da emigração inglesa—ou sugestão alheia, a tradição local, que no Norte de Portugal se soma a alguma coisa de quimérico, tanta vez na imaginação da gente simples, nos povos latinos.

Portugal não está nas condições da Grécia, nem nas da Itália, Inglaterra, Bélgica ou Alemanha. A emigração grega, dantes de preferência dirigida para as antigas terras da Ásia Menor, obedecia às necessidades de um povo em país de poucos recursos, árido de solo e clima. A Itália, antes da guerra, em estado de superpopulação na Toscana, Piemonte, Lombardia, e numa boa parte da Itália do Sul, tinha aí a causa única da sua emigração para a América Latina e Estados Unidos.

A emigração inglesa, determinada por êsse forte espírito de decisão e independência, criado na sua formação particularista, menos hoje obedece a uma necessidade de ordem material que a influência de ordem moral,—cada um procurando, feito o seu «self-control», lar confortável e independente. O orgulho britânico, em cada indivíduo dentro da sua pátria, dificilmente se curva a dependências que possam humilhá-lo.

Na Irlanda, a situação criada pela baixa capacidade produtora do solo, insuficientíssima para as necessidades da população, agravada por influências de ordem administrativa e outras, foi nesse país a causa da sua desastrosa emigração.

De nenhuma dessas influências sofre a Bélgica. Não obstante

a forte densidade da sua população, a magnífica fertilidade do solo oferece trabalho remunerador a uma parte da sua activa população, ao mesmo tempo que a considerável riqueza do sub-solo e a rede da sua variada e forte indústria, favorecida a exploração e o comércio por todos os meios de circulação ferroviária e fluvial, fixaram no trabalho mineiro e nas oficinas todo o excedente das ocupações rurais.

A nossa situação é inteiramente diferente. Um país que se diz «essencialmente agrícola», em matéria de agricultura solidamente económica, progressiva, há ainda muito por fazer. Marcada de excelentes possibilidades de exploração rendosa, a nossa área inculta, pelo menos em planaltos e vertentes, é ainda enorme. Não temos ramificação ferroviária ou outra que satisfaça a todas as necessidades de circulação; as nossas matas, exceptuando as do Estado, estas de exploração modelar, andam de todo alheias a «ordenamento»; canais de irrigação é um problema já pôsto em equação, ainda porém longe de solução em números inteiros e positivos; de barragens, aproveitamento da energia hidráulica, . . . tudo em atraso—, sem proveito a lição da Espanha e da Itália, não obstante haver na nossa engenharia agromónica técnicos dos mais distintos.

Para tanto que está por fazer, não há gente de mais,—a emigração, hoje, só valores negativos nos pode dar.

Há muito foi escrito o que aqui fica exposto. Quando se escreveu, acabara o governo do Brasil de limitar as transferências bancárias externas daquela República,—e essa medida consideravelmente reduzia para ali a corrente migratória de todos os países, sem excepção do nosso. Não havia já razão para poder merecer qualquer interesse esta análise nesse tempo feita; inútil dar-lhe publicidade, e assim então se fez.

A nova orientação, porém, do governo Brasileiro, no seu conhecido convénio financeiro de há três anos, e o que se lhe seguiu, por certo virão no decorrer do tempo restabelecer o caudal antigo da nossa emigração, possivelmente, pela carestia da vida, mais volumoso amanhã. A questão retomou pois o antigo aspecto—problema da nossa vida económica, delicado a resolver—reclamando da parte do Estado medidas reguladoras que ponham ponto, mais não pode ser, à forma desordenada da nossa emigração—nela vai gente de todo inculta—que é dos seus males o maior.

Isso nos levou a apartar agora o que há anos se escreveu, e dar-lhe publicidade.

NOTA

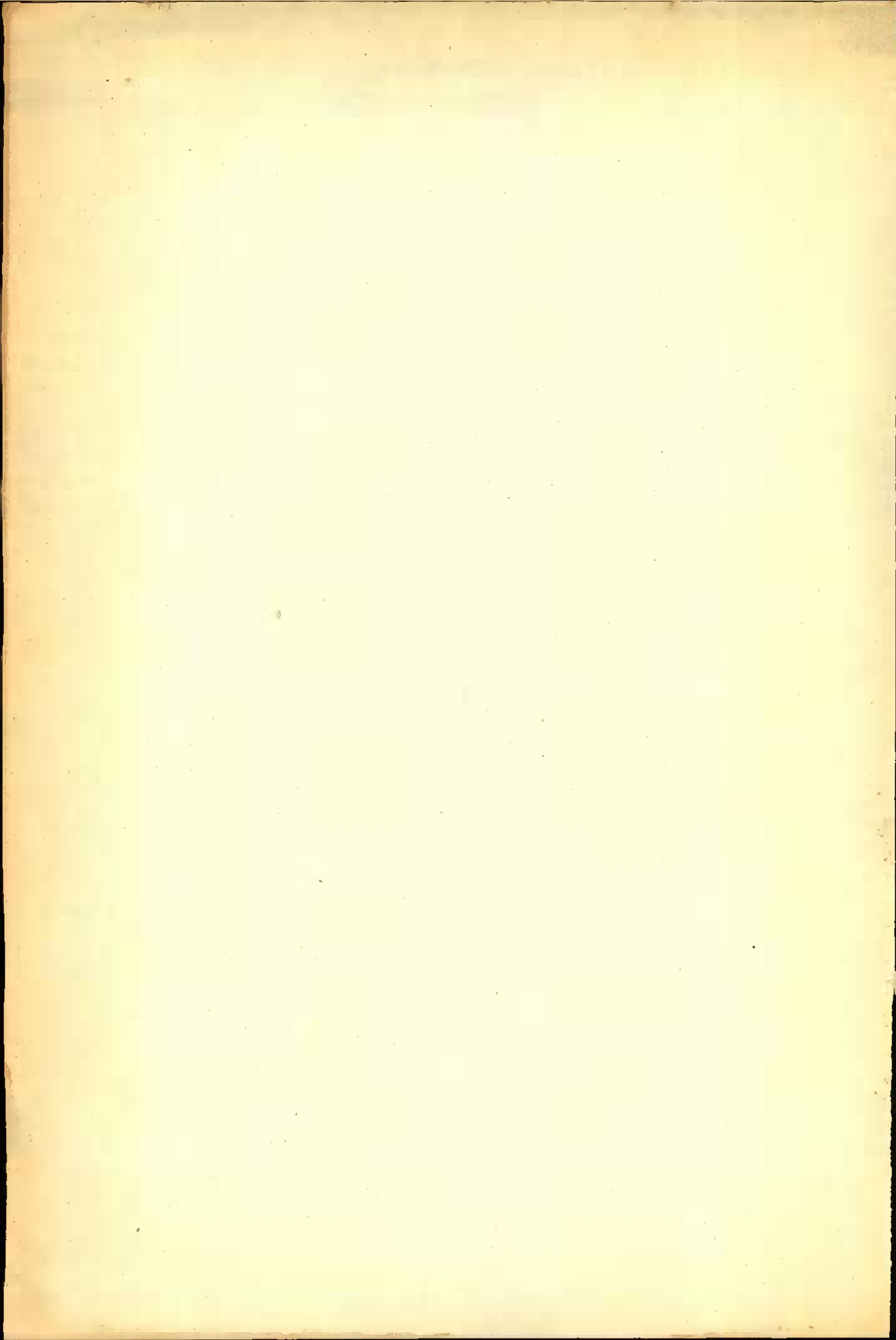
Coube-nos há anos, por bondosa deferência de nossos colegas, o encargo da "oração de Sapiência," na abertura do ano escolar do Instituto em que temos sido professor. Do assunto que aí tomámos por tema, entendemos dever retirar nesse momento a parte que agora aqui se considerou. Tratando-a sob aspecto novo—critério oposto ao modo de ver corrente—não nos sentimos então com o direito de, em conjuntura desse género, marcar opinião que poderia estar em completo desacôrdo com a dos nossos colegas do Instituto. Falando em nome da Escola, cumpria-nos deixar fora da crítica, que pudesse vir a atingir o autor, quem para tal missão nêle havia confiado.

Hoje, o momento é outro: do que agora aqui se tratou, a responsabilidade só a nós pertence. Entregando este escrito aos *Anais* do Instituto, segundo nosso intento, o último que como professor assinamos—o nosso estado de saúde nos obriga a deixar definitivamente o ensino—entendemos dever dar, àqueles que aqui deixamos em sua difícil missão, testemunho cerlo do nosso afetuoso e alto aprêço.

Quem isto escreve—sacudidas pela idade ilusões que só encontram fundo na vaidade humana—tem noção certa do fraco rendimento, não importa a causa, dos seus últimos anos de ensino. Suas insuficiências porém nunca o impediram de dar ao esforço alheio o que de direito lhe pertence. Esse espírito seguiu sempre, sem um só desvio—indiferente a que outros o seguissem ou não—aproveitando conforme podia, se isso era oportuno, a luz franca da publicidade. Assim procedeu há 28 anos, em prefácio de livro seu (*Leitaria Moderna*, 1.^a ed.) repelindo-o na mesma obra, na edição seguinte, e em outra obra sua (*Trat. de Vinificação*, 1929—prefácio) o mesmo espírito mais larga e expressivamente o guiou.

Hoje, aquilo que na comunhão da vida escolar se formou—o tempo individualizando o que, extensivo à Escola, já vinha de longe—por boa razão requeira que esse testemunho do nosso sentir para estes *Anais* se transporte. O livro tem vida efêmera,—o tempo cedo o leva; os *Anais*, história de uma parte do labor da Escola, conservarão o tributo que a seus colegas presta o autor.

Lisboa, Junho de 1936.



Índice Geral do Volume VII

FASC. 1.º

	Pág.
PROF. FERNANDO DE ALMEIDA E VASCONCELLOS — Uma prioridade da ciência matemática portuguesa — Daniel Augusto da Silva e a constituição da astática (1814-1878).....	7
PROF. A. SOUSA DA CÂMARA — Efeitos dos Raios X nos cromosomas do <i>Triticum monococcum</i> — Sua análise na apreciação da filogenia do trigo.....	29
PROF. RUI DE FERRO MAYER — Contribuição para o estudo dos factores climáticos nas suas relações com a hidráulica agrícola.....	62
PROF. C. DE MELO GERALDES — Breves considerações sobre a protecção da flora nas Colónias.....	105
PROF. C. DE MELO GERALDES — Sobre o futuro da palmeira do azeite nas nossas Colónias perante a concorrência das plantações do Oriente.....	115

FASC. 2.º

PROF. A. CÂMARA — Uma hipótese sobre o mecanismo das translocações.....	135
PROF. RUI DE FERRO MAYER — Notas sobre o problema da avaliação do escoamento.....	156
PROF. A. CÂMARA — Elementos para o estudo da indução de poliploides no trigo	214
PROF. AD. BAPTISTA RAMIRES — Aspecto paradoxal da emigração portuguesa — Análise positiva. — Valores negativos.....	234

